

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SABESP
CNPJ nº 43.776.517/0001-80
NIRE nº 35300016831

EXTRATO DA ATA DA 686ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de setembro de 2008, às 10:30 horas, por convocação da Presidente do Conselho de Administração, em caráter extraordinário, em conformidade com o previsto no parágrafo primeiro do Artigo 13 do Estatuto Social, reuniram-se em teleconferência os membros do Conselho de Administração da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, senhores abaixo nomeados e assinados. Dando início à reunião a Presidente do Conselho de Administração, Dra. Dilma Seli Pena, cumprimentou a todos os participantes e justificou a ausência dos Conselheiros Humberto Rodrigues da Silva e Antero Paes de Barros Neto. A seguir submeteu à apreciação dos Srs. Conselheiros, os seguintes itens da pauta: “Deliberar sobre as condições para o arquivamento do Segundo Programa de Distribuição de Valores Mobiliários (“2º Programa de Distribuição”)” ; “Deliberar sobre as condições aplicáveis à 9ª Emissão de Debêntures Simples, não-conversíveis em ações, da espécie quirografária, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP (a “9ª Emissão” e as “Debêntures”, respectivamente), no âmbito do 2º Programa de Distribuição da Companhia, sendo a 9ª Emissão e o 2º Programa de Distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução 400”), sujeitos aos respectivos registro e arquivamento perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”)”;

Ato contínuo, a Presidente do Conselho de Administração solicitou ao Diretor Presidente, Gesner José de Oliveira Filho, e ao Diretor Econômico-financeiro e de Relações com Investidores, Rui de Britto Álvares Affonso, a apresentação da matéria, o que foi feito com base na Proposta ao Conselho de Administração nº 024/2008, de 26/09/08, na Deliberação de Diretoria nº 548, de 26/09/2008, e na Comunicação Interna FI nº 050 /2008, de 26/09/2008. (...)

Colocada a matéria em votação, resultou **aprovada por unanimidade** a fixação das seguintes condições aplicáveis ao 2º Programa de Distribuição e à 9ª Emissão:

A) 2º Programa de Distribuição:

Montante: até R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais).

Prazo: 02 anos, a partir do arquivamento na Comissão de Valores Mobiliários.








Valores Mobiliários: Debêntures, não conversíveis em ações, da espécie subordinada ou quirografária.

B) 9ª Emissão:



- 1) **Valor Total da Emissão:** o valor total da emissão será de, no mínimo, R\$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais) e no máximo de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), na Data da Emissão (o "Valor da Emissão").
- 2) **Número de Séries:** a Emissão terá duas Séries.
- 3) **Data de Emissão:** para todos os fins e efeitos, a data de Emissão das Debêntures será o dia 15 de outubro de 2008 ("a Data de Emissão").
- 4) **Valor Nominal Unitário:** as Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), na Data da Emissão (o "Valor Nominal Unitário")
- 5) **Quantidade de Debêntures :** serão emitidas, no mínimo, 220.000 (duzentas e vinte mil) e, no máximo, 300.000 (trezentas mil) Debêntures, sendo que o número de Debêntures da 1ª Série e da 2ª Série serão definidos após a realização do Procedimento de Bookbuilding, como definido no item 10 abaixo, o que será objeto de aditamento da Escritura e será ratificado, oportunamente, pelo Conselho de Administração da Emissora.
- 6) **Opção de Lote Suplementar e de Lote Adicional:** A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e observado o limite estabelecido pelo Artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, aumentar a quantidade de Debêntures a serem distribuídas nos termos da Escritura em até 20% (vinte por cento) com relação à quantidade originalmente aqui prevista, sem a necessidade de novo pedido de registro à CVM, nos termos do artigo 14 da Instrução CVM nº 400/03 ("Opção de Lote Adicional"). Sem prejuízo do disposto acima, para atender a um eventual excesso na demanda pelas Debêntures, a Emissora poderá outorgar aos Coordenadores, conforme definido no item 10, observado o limite estabelecido pelo Artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, a opção de aumentar a quantidade de Debêntures a serem emitidas em até 15% (quinze por cento) com relação à quantidade originalmente prevista, respeitadas as mesmas condições e preço das Debêntures originalmente ofertadas e observado o Procedimento de Bookbuilding, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400/03 ("Opção de Lote Suplementar").



- 7) **Conversibilidade, Tipo e Forma:** as Debêntures serão não-conversíveis em ações de emissão da Emissora e emitidas na forma nominativa escritural.
- 8) **Espécie:** as Debêntures serão da espécie quirografária.
- 9) **Prazo e Data de Vencimento:**
- a) As Debêntures da 1ª Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos, a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de outubro de 2013.
 - b) As Debêntures da 2ª Série terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos, a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de outubro de 2015.
 - c) Nas respectivas Datas de Vencimento, a Companhia obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo Saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescida a Remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da última data de pagamento da referida remuneração.
- 10) **Procedimento de Distribuição:** as Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de subscrição para a totalidade das Debêntures (exceto com relação às Debêntures do Lote Suplementar e Debêntures Adicionais), com a intermediação do HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo ("HSBC"), Banco Citibank S.A. ("Citibank"), BB Banco de Investimento S.A. ("BB-BI") e Caixa Econômica Federal ("CAIXA" e, em conjunto com o HSBC, o Citibank e o BB-BI, "Coordenadores"). Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que os Coordenadores, com expressa e prévia anuência da Sabesp, organizarão plano de distribuição, tendo como público alvo investidores institucionais e/ou qualificados, conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, podendo, entretanto, ser atendidos outros investidores não qualificados, fundos de investimentos, pessoas físicas ou jurídicas, clientes ou não dos Coordenadores. As Debêntures do Lote Suplementar e Debêntures Adicionais serão objeto de distribuição pública, sob o regime de melhores esforços pelos Coordenadores. A distribuição pública das Debêntures somente terá início após o arquivamento do registro do Programa de Distribuição e da Emissão pela CVM, a publicação do anúncio de início ("Anúncio de Início") e a disponibilização para os investidores do Prospecto Definitivo e Suplemento Definitivo ("Prospecto Definitivo" e "Suplemento Definitivo", respectivamente), nos termos da Instrução CVM nº 400/03. As Debêntures serão

colocadas em até 20 (vinte) dias úteis, contados da data de publicação do Anúncio de Início ("Prazo de Distribuição"). Será adotado o Procedimento de *Bookbuilding*, organizado pelos Coordenadores, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400/03, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos para a definição da quantidade de Debêntures da 1ª e da 2ª Séries e das respectivas taxas de Remuneração. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será objeto de aditamento da Escritura, sendo ratificado pelo Conselho de Administração da Emissora e divulgado nos termos do parágrafo 2º do artigo 23 da Instrução CVM 400/03 ("Procedimento de *Bookbuilding*").

- 11) **Preço de Subscrição:** as Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, devidamente atualizado, se for o caso, e acrescido da Remuneração e da Atualização se for o caso, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização.
- 12) **Forma de Subscrição e Integralização:** a integralização será realizada à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional.
- 13) **Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures:**
- a) Da 1ª Série: não haverá atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série.
 - b) Da 2ª Série: o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, será atualizado, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("Atualização da 2ª Série"), sendo o produto da Atualização da 2ª Série automaticamente incorporado ao Valor Nominal ou Saldo do Valor Nominal das Debêntures da 2ª Série.
- 14) **Remuneração:**
- a) **Remuneração das Debêntures da 1ª Série:** a partir da Data de Emissão, as Debêntures da 1ª Série farão jus a uma remuneração (a "Remuneração da 1ª Série") que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário. As Debêntures da 1ª Série renderão juros correspondentes à acumulação das taxas

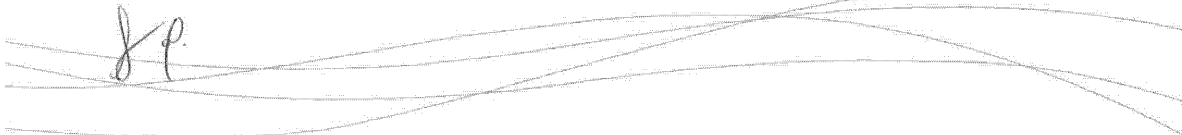
médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP (a "Taxa DI"), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, limitado ao *spread* máximo de 2,75 % (dois inteiros e setenta e cinco centésimo por cento), apurado com base em 252 dias úteis ("Acréscimo sobre a Taxa DI"), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização.

- b) **Remuneração das Debêntures da 2ª Série:** as Debêntures da 2ª Série da presente Emissão farão jus a juros remuneratórios (a "Remuneração da 2ª Série"), que inclui a atualização do valor nominal unitário a partir da data de emissão, de acordo com a variação do número-índice do IPCA – Índice de Preço ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE e e juros remuneratórios a serem definidos de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, com taxa máxima equivalente a 3,0% (três inteiros por cento) ao ano, acima da média aritmética das taxas anuais indicativas divulgadas pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro, para as Notas do Tesouro Nacional, série B ("NTN-B"), com vencimentos em 15 de agosto de 2012 e 15 de maio de 2015, no dia útil imediatamente anterior à realização do Procedimento de *Bookbuilding*, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, atualizado das Debêntures da 2ª Série, calculados por dias úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis.

15) Pagamento da Remuneração:

a) O pagamento da Remuneração da 1ª Série será feito semestralmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15, nos meses de abril e outubro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de abril de 2009 e o último pagamento em 15 de outubro de 2013, na data de vencimento das Debêntures da 1ª Série.

b) O pagamento da Remuneração da 2ª Série será feito anualmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15, no mês de outubro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de



outubro de 2009 e o último pagamento em 15 de outubro de 2015, na data de vencimento das Debêntures da 2ª Série.

16) **Repactuação:** não haverá Repactuação das Debêntures.

17) **Amortização:** a Amortização das Debêntures da 1ª Série será realizada em 03 (três) parcelas anuais, sendo (a) 33% do Valor Nominal Unitário, em 15 de outubro de 2011, (b) 33% do Valor Nominal Unitário, em 15 de outubro de 2012 e o (c) Saldo do Valor Nominal Unitário, em 15 de outubro de 2013. A amortização das Debêntures da 2ª Série será realizada em 03 (três) parcelas anuais, sendo (a) 33% do Valor Nominal Unitário, devidamente atualizado, em 15 de outubro de 2013, (b) 33% do Valor Nominal Unitário, devidamente atualizado, em 15 de outubro de 2014 e o (c) Saldo do Valor Nominal Unitário, devidamente atualizado, em 15 de outubro de 2015.

18) **Oferta de Resgate Antecipado:** a Companhia poderá, até o 24º mês, exclusive, após a Data de Emissão, a seu exclusivo critério, observados os termos e condições estabelecidos na Escritura de Emissão, mediante deliberação em Reunião de Conselho de Administração, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas de cada uma das Séries, conforme o caso, sem distinção, sendo assegurado a todos os Debenturistas de cada série igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas em relação aos demais detentores de Debêntures da mesma série ("Oferta de Resgate Antecipado").

19) **Resgate Antecipado Facultativo:** a Emissora, a seu exclusivo critério, poderá, a partir do 24º mês, inclusive, após a Data de Emissão, e ao final de cada Período de Capitalização, realizar o resgate antecipado total ou parcial das debêntures da 1ª Série e/ou da 2ª Série.. Em havendo o resgate, o Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures resgatadas será acrescido de prêmio de reembolso correspondente a uma determinada taxa fixa estipulada a seguir. Para Debêntures da 1ª Série, o prêmio será equivalente a 1% se o resgate ocorrer no 24º mês contado da Data de Emissão, 0,90% para resgate no 30º mês, 0,80% para resgate no 36º mês, 0,70% para resgate no 42º mês, 0,60% para resgate no 48º mês e 0,50% para resgate no 54º mês. Para Debêntures da 2ª Série, o prêmio será equivalente a 1,50% se o resgate ocorrer no 24º mês, contado da Data de Emissão, 1,30% para resgate no 36º mês, 1,10% para resgate no 48º mês, 0,90% para resgate no 60º mês e 0,70% para resgate no 72º mês. O



resgate poderá ser total ou parcial. Se parcial, o resgate deverá ser realizado por meio de sorteio e será coordenado pelo Agente Fiduciário.

20) **Aquisição Facultativa:** a Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei n. 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

21) **Hipóteses de Vencimento Antecipado:** são consideradas hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures desta Emissão da imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do Saldo do Valor Nominal de cada Debênture, devidamente atualizado, acrescido da Remuneração e encargos, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, quaisquer dos seguintes eventos:

- a) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, auto-falência (ou outros procedimentos equivalentes previstos em lei) formulado pela Emissora;
- b) liquidação ou decretação de falência da Emissora;
- c) extinção ou dissolução da Emissora;
- d) não pagamento das parcelas de Remuneração e/ou Amortização devidas às Debêntures nas respectivas datas de pagamento, bem como de quaisquer outras obrigações pecuniárias previstas na Escritura;
- e) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedade por Ações;
- f) caso o Estado de São Paulo deixe de deter, direta ou indiretamente, pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais uma ação com direito a voto do capital da Emissora;
- g) extinção da licença, perda de concessão ou perda da capacidade da Emissora para a execução e operação dos serviços públicos de saneamento básico em área(s) do território do Estado de São Paulo que, consideradas isoladamente ou em conjunto durante a vigência das Debêntures, resulte(m) em uma redução da receita

operacional líquida da Emissora superior a 25% (vinte e cinco por cento) em relação à receita operacional líquida da Emissora. O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais líquidas da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre e utilizando-se as informações financeiras usualmente divulgadas pela Emissora;

- h) fusão, cisão, incorporação, ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora ("Reorganização") que não tenha sido previamente aprovada por Debenturistas, que representem no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação em Assembléia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, observado o procedimento de convocação descrito na Escritura de Emissão, exceto na hipótese da Emissora demonstrar ao Agente Fiduciário, anteriormente à efetivação da Reorganização que, uma vez concluída a Reorganização, serão atendidos cumulativamente os seguintes requisitos: (i) o patrimônio líquido da Emissora e/ou de sua sucessora, não será inferior ao patrimônio líquido da Emissora antes da Reorganização, admitida uma variação de até 10% (dez por cento); (ii) será atribuída às Debêntures a mesma classificação de risco a elas atribuída antes da Reorganização; (iii) a Emissora não violará os índices financeiros estabelecidos na Escritura de Emissão e (iv) a receita operacional líquida da Emissora não sofrerá uma redução superior a 25% (vinte e cinco por cento) em relação à receita operacional líquida da Emissora e/ou de sua sucessora, conforme apurado com base em demonstração financeira da Emissora pró-forma, que reflita os efeitos da Reorganização, preparada exclusivamente para esse fim, com base nos 12 (doze) meses anteriores ao encerramento do último trimestre (relativamente ao qual tenham sido elaboradas informações financeiras obrigatórias); ficando ajustado que os requisitos indicados nos subitens (i) a (iv) desta Cláusula são exclusivamente destinados à avaliação, pelo Agente Fiduciário, da Reorganização, e não vinculam a livre deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas aqui prevista;
- i) protesto legítimo de títulos ou pedidos reiterados de falência contra a Emissora, cujo valor global reclamado ultrapasse R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), corrigidos pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ("IPCA"), a partir da Data de Emissão, salvo se o protesto ou o pedido de falência tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela

Emissora, ou se for cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 72 (setenta e duas horas) de sua ocorrência;

- j) falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação não pecuniária decorrente da Escritura, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;
- k) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, em montante igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), corrigidos pela variação do IPCA, a partir da Data de Emissão, em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes da Emissão;
- l) alienações de ativos operacionais que, individual ou conjuntamente durante a vigência das Debêntures, resultem em uma redução da receita operacional líquida da Emissora superior a 25% (vinte e cinco por cento) em relação à receita operacional líquida da Emissora. O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais líquidas da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre, e utilizando-se as informações financeiras usualmente divulgadas pela Emissora;
- m) pagamento de dividendos, exceto os obrigatórios por lei, e/ou juros sobre capital próprio se estiver por mais de 15 (quinze) dias em mora, relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas na Escritura;
- n) observar e manter os seguintes índices financeiros mínimos, a partir de 31 de dezembro de 2008, a serem verificados trimestralmente, sempre quando da divulgação das informações trimestrais regularmente apresentadas pela Emissora:
 - (1) Liquidez Corrente Ajustada superior a 1,0, devendo para esse fim ser o Ativo Circulante dividido pelo Passivo Circulante, excluída do Passivo Circulante a parcela registrada no curto prazo das dívidas de longo prazo contraídas pela Emissora;
 - (2) EBITDA / Despesas Financeiras igual ou superior a 1,5, sendo o EBITDA, em relação aos 12 (doze) meses anteriores a data de apuração do índice, o somatório
 - (i) do resultado antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações, (ii) das despesas de depreciação e amortização ocorridas no período, (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras e (iv) do resultado



não operacional. As Despesas Financeiras são, em relação aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração do índice, o somatório dos pagamentos de juros e despesas financeiras incorridas sobre o endividamento financeiro, não devendo ser consideradas para esse fim as despesas de variação cambial (diferença de moedas). A falta de cumprimento pela Emissora somente ficará caracterizada quando verificada nas suas demonstrações financeiras trimestrais obrigatórias por, no mínimo, 02 (dois) trimestres consecutivos, ou ainda por 02 (dois) trimestres, não consecutivos dentro de um período de 12 (doze) meses, não se aplicando a esta hipótese o período de cura de 30 (trinta) dias acima mencionado no item j.

22) **Registro para Colocação e negociação.** As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (o "SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio (i) do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e/ou (ii) do Sistema BOVESPAFIX ("BOVESPAFIX"), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo S.A. – BVSP ("BOVESPA"), sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC");

23) **Local de Pagamento:** os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures registradas no BOVESPAFIX; ou (ii) os procedimentos adotados pela CETIP, para as debêntures registradas no SND; ou (iii) para os titulares de Debêntures da Emissão que não estejam vinculados a esses sistemas, por meio do Banco Mandatário da presente Emissão.

C) O Conselho de Administração ratificou os atos já exercidos pelos membros da Diretoria e os autoriza a praticar todo e qualquer ato necessário ao arquivamento do 2º Programa de Distribuição e obtenção do registro da 9ª Emissão perante a CVM, tais como contratar as instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais com a finalidade de coordenar a colocação pública das Debêntures, contratar os serviços de agente fiduciário, agências de classificação de risco, banco mandatário e escriturador, câmaras de liquidação e custódia, assessores legais,



auditores independentes, entre outros, bem como para celebrar a escritura de emissão e seus aditamentos, o Contrato de Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, aprovar a publicação de anúncios de início e encerramento, aviso ao mercado, assinar todos os documentos e, ainda, praticar todos os demais atos necessários para esse fim, podendo inclusive fixar a remuneração definitiva das Debêntures e alocação das Debêntures entre as diferentes séries, após a apuração dos resultados do processo de *bookbuilding* a ser conduzido pelos Coordenadores, dentro dos limites e parâmetros aqui estabelecidos

- D) Para o desenvolvimento das operações apresentadas neste ato, o total de despesas gerais, exceto comissões aos Coordenadores, foi fixado em até R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais).

Esta ata, depois aprovada, segue assinada pelos Conselheiros de Administração presentes: Dilma Seli Pena, Alexander Bialer, Francisco Vidal Luna, Gesner José de Oliveira Filho, Jerônimo Antunes, Manuelito Pereira Magalhães Junior, Mario Engler Pinto Junior, Reinaldo Guerreiro e Roberto Yoshikazu Yamazaki.

Declaramos ser o texto, transcrição fiel de trecho da Ata lavrada no livro de Atas do Conselho de Administração.

São Paulo, 29 de setembro de 2008.



Dilma Seli Pena
Presidente do
Conselho de Administração em exercício



Sandra Maria Giannella
Secretaria Executiva do
Conselho de Administração

